

Economia



CONCURSO NACIONAL UNIFICADO
Número de inscritos já passa de 500 mil
Adesão vai até 9 de fevereiro. Governo espera 3 milhões de candidatos



A 'NOVA' POLÍTICA INDUSTRIAL

Com BNDES, governo promete R\$ 300 bi para o setor, e Lula diz que 'dinheiro não é problema'

ALVARO GRIEHL, KAROLINI BIANDEIRA, JÚLIO SOBRAL NETO E LUCIANA CASIMIRO
economiaglobo.com.br
matéria@economiaglobo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem a nova política industrial do país com promessa de financiamentos e subsídios de R\$ 300 bilhões até 2026. Segundo o BNDES, deste total, R\$ 250 bilhões serão mobilizados pelo banco. O programa também prevê uma política de obras e compras públicas, com incentivo ao conteúdo local (exigência para compra de fornecedores brasileiros), retomando medidas já adotadas em governos anteriores.

Lula também decidiu retomar uma prática de suas antigas gestões, destinando R\$ 8 bilhões do BNDES para a compra de participação acionária de empresas. Do total do pacote, R\$ 194 bilhões foram anunciados ontem como novidade, e outros R\$ 106 bilhões já haviam sido informados em julho do ano passado. O plano foi batizado de "Nova Indústria Brasil (NIB)" e trouxe metas e ações para a produção nacional até 2033, com estímulos para empresas nacionais. O evento não contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que cumpria agenda em São Paulo.

Ao defender o papel do poder público para desenvolver a indústria, Lula afirmou que "dinheiro não é mais problema" e, por isso, os ministros do governo serão cobrados a

apresentar resultados:

— Vocês (ministros) vão ser cobrados. O problema não termina aqui, ele começa aqui. Nós temos mais três anos pela frente. E queremos ter algo concreto para a sociedade aprovar. O nosso problema era dinheiro, se dinheiro não é problema, então nós temos que resolver as coisas com muito mais facilidade.

Entre os instrumentos para avançar o programa estão "linhas de crédito especiais, recursos não reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local", disse, em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Segundo Lula, o Brasil subiu da 12ª para a 9ª posição como maior economia do mundo não porque o país cresceu, mas porque "os outros caíram".

— Para o Brasil se tornar competitivo, o Brasil tem que financiar algumas coisas que ele quer exportar.

'DIÁDA MARMOTA'

Do total de R\$ 300 bilhões, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que R\$ 271 bilhões serão para financiamentos, outros R\$ 21 bilhões para créditos "não reembolsáveis", e outros R\$ 8 bilhões serão aplicados em participações acionárias.

A fórmula encontrada repetiu parte do que já foi feito nos

governos Lula 1 e 2. A política de conteúdo local, por exemplo, foi alvo de críticas em gestões anteriores. E a grande mobilização de recursos do BNDES também foi uma marca das gestões petistas.

Defensores da iniciativa avaliam que ela estimula a fabricação local. Mas críticos ponderam que o aumento do percentual mínimo em obras com produção nacional acaba por funcionar como uma reserva de mercado, sem aumentar a competitividade da indústria.

O texto traça metas e diretrizes até 2033 em seis áreas: agroindústria; complexo industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade; transformação digital; bioeconomia; e tecnologia de defesa.

Algumas metas são consideradas ambiciosas. Em Saúde, por exemplo, o governo quer ampliar de 42% para 70% a produção nacional de medicamentos, vacinas e dispositivos médicos. Mas atualmente apenas 5% dos insumos usados na fabricação de medicamentos são produzidos aqui.

Após o anúncio do governo, entidades setoriais comemuram as medidas. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) destacou

que uma indústria de transformação inovadora e competitiva "é fundamental para que o Brasil deixe de ser uma economia de renda média e se transforme em um país desenvolvido". Já a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) afirmou que a nova

política "é apropriada para o atual momento socioeconômico", mas lembrou que é "imperativo olhar para o passado recente, aprendendo com os erros que podem comprometer o sucesso das iniciativas".

Para a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), a nova política vai impulsionar a inovação, a competitividade e o crescimento sustentável do setor.

Economistas ouvidos pelo GLOBO avaliam, contudo, que a proposta repete instrumentos do passado e traz preocupações fiscais. Embora siga tendência vista em outros países, de ter o Estado como indutor do desenvolvimento do setor, eles lembram que são nações que não têm déficit primário de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) como o Brasil.

— É a política do Dia da Marmota. Estão sendo anunciados os mesmos instrumentos do passado para estimular a indústria. No Dia da Marmota, as coisas se repetem, mas pelo menos se aprende com o comportamento passado. No Brasil, em relação à política industrial, isso não acontece — diz a economista Elena Landau, ex-diretora do BNDES.

O economista Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do FGV Ibre, pondera que, além de repetir um modelo que não funciona, a nova política vai de encontro à Reforma Tributária, que busca uniformizar as regras para todos os setores.

— A política apresentada pelo governo vai na direção oposta, de fazer regras diferentes para alguns setores. Além disso, aumenta o gasto público, o que reflete nos juros e faz com que as empresas tenham um custo de capital mais alto para se financiar.

Em relatório, a XP afirma que o programa "é uma reunião de medidas já existentes" e que "não há dinheiro novo" previsto. Para Felipe Novaes, da Tendências Consultoria, a questão fiscal é preocupante: — Que espaço fiscal o governo tem de recursos atualmente para viabilizar esses objetivos? Não está claro de onde sairão os recursos do BNDES.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, lembra que quase o mesmo valor anunciado em investimentos é o que o país precisa para chegar ao superávit primário: — É uma quantidade muito grande de recursos, num momento em que o governo, para chegar ao superávit primário em 2026, precisa de R\$ 350 bilhões.

Ele destaca que, além de ser "mais do mesmo", o novo plano não prevê métricas para saber se as metas serão cumpridas e vão funcionar.

O plano industrial e o risco de piora do quadro fiscal preocuparam o mercado ontem. O Ibovespa terminou em queda de 0,81%, a 126.601 pontos, e o dólar fechou com alta de 1,24%, a R\$ 4,9878. (Colaboração Letícia Cardoso)



"Nós temos mais três anos pela frente. E queremos ter algo concreto para a sociedade aprovar. O nosso problema era dinheiro, se dinheiro não é problema, então nós temos que resolver as coisas com muito mais facilidade"

Lula, presidente da República

"É a política industrial do Dia da Marmota. Estão sendo anunciados os mesmos instrumentos do passado para estimular a indústria. No Dia da Marmota, as coisas se repetem, mas pelo menos se aprende com o comportamento passado. No Brasil, em relação à política industrial, isso não acontece"

Elena Landau, ex-diretora do BNDES

"É uma quantidade muito grande de recursos, num momento em que o governo, para chegar ao superávit primário em 2026, precisa de R\$ 350 bi"

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados

"A política apresentada pelo governo vai na direção oposta (da Reforma Tributária), de fazer regras diferentes para alguns setores. Além disso, aumenta o gasto público, o que reflete nos juros e faz com que as empresas tenham um custo de capital mais alto para se financiar"

Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do FGV Ibre



Estímulo para empresas nacionais. Alckmin, Lula, Esther Dweck e Rui Costa durante o lançamento do plano Nova Indústria Brasil: a proposta traz metas e diretrizes até 2033, divididas em seis áreas

Mercadante nega volta de 'campeões nacionais': 'Não escolhemos parceiro'

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, nega que o novo plano para a indústria represente a volta da política de "campeões nacionais" que começou nos primeiros governos Lula e vigorou principalmente durante o mandato de Dilma Rousseff.

Por essa política, o governo concedia crédito direcionado a empresas consideradas competitivas em determinados segmentos para que elas liderassem o desenvolvimento industrial do país. Em alguns casos, o banco se tornou sócio de empresas que escorreu incentivos para que adquirissem outras companhias

e se internacionalizassem.

Mercadante diz que o banco não vai escolher parceiros.

— O que é importante registrar nesta discussão: a consultoria ao BNDES, em relação a 2022, cresceram 88%, temos R\$ 270 bilhões em projetos tramitando. Essa é a esteira, o projeto entra, a gente analisa e aprova. É aberto a qualquer

empresa. Agente trabalha por demanda, não escolhemos parceiro. Temos editais, são transparentes, as linhas de crédito são públicas e estamos recebendo os projetos.

Segundo Mercadante, apesar de a política de "campeões nacionais" não ter dado certo, o BNDES não teve prejuízo com as operações.

Na visão do presidente do BNDES, o governo Lula segue uma tendência mundial de maior participação do Estado na economia, para que a transição energética seja acelerada. Ele explica que dos R\$ 300 bilhões previstos pelo programa, R\$ 271 bilhões são financiamentos, R\$ 21 bilhões são créditos não reembolsáveis, e R\$ 8 bilhões, aportes diretos nas empresas, para compra de ações: — O equity (compra de ações) é casamento, financiamento é namoro. Esse dinheiro será usado para setores muito importantes, como de minerais críticos para baterias elétricas. Temos que ter controle estratégico de alguns segmentos. Nesse caso, queremos ser sócios, mas tudo com ética e transparência. (Alvaro Griehl e Karolini Biandeira)